

Capítulo 10 - DOI:10.55232/1082022.10

**POSITIVISMO X PÓS-POSITIVISMO NO CAMPO
TEÓRICO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Silvana Schimanski

RESUMO: O objetivo deste artigo é apresentar argumentos essenciais do debate entre abordagens positivistas e pós-positivistas no campo das Relações Internacionais, que favoreceram a expansão e a diversificação do campo, a partir de contribuições dos últimos anos do século XX. Esse contexto levou à divisão fundamental entre os teóricos que defendem métodos objetivos para a análise das Relações Internacionais (positivistas) e aqueles que consideram impossível, uma vez que a realidade é socialmente construída, portanto, subjetiva (pós-positivistas). Tal debate permitiu o alargamento do escopo de estudo das Relações Internacionais, considerando também a relevância de outros atores. Entre os pós-positivistas, o foco do artigo recai sobre a Teoria Crítica de Robert Cox e o Construtivismo de Alexander Wendt. O artigo tem natureza qualitativa, baseado em fontes bibliográficas e tem finalidade analítica. O texto permite considerar que o referido debate contribuiu para a significativa expansão teórica do campo das Relações Internacionais, ao longo do século XXI.

Palavras-chave: Teoria das Relações Internacionais. Ontologia. Epistemologia.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar argumentos das abordagens positivistas e pós-positivistas, que favoreceram a ampliação e a diversificação do campo teórico das Relações Internacionais, especialmente depois dos anos 1990. Todo campo de conhecimento requer teorias que orientem a investigação, conduzam à explicação de fenômenos e à previsibilidade de resultados. Os avanços teóricos na recente história do campo das Relações Internacionais, apresentam como as teorias servem de instrumento analítico para a compreensão e interpretação dos fatos do mundo, tentando ainda alcançar a previsibilidade. Trata-se de um cenário em constante discussão, já que nenhuma abordagem é capaz de capturar toda a complexidade da política mundial.

As raízes do debate teórico em Relações Internacionais são marcadas, no primeiro momento, pela clara divergência entre Realistas e Liberais Utópicos. Entretanto, no período da Guerra Fria, as duas correntes convergem sobre diversos aspectos, apesar de apresentarem ainda divergências pontuais sobre temas como a anarquia e suas conseqüências ou as razões para a cooperação entre os Estados. Ocorre uma aproximação teórica desse chamado *mainstream* do campo, que leva os seus críticos a classificarem como o debate teórico entre Neo-realismo x Neoliberalismo (ou debate Neo-Neo) como a síntese Neo-Neo.

Insatisfeitos com as discussões da referida síntese, construída sobre a base do positivismo e racionalismo, teóricos críticos lançam a proposta da antítese: a Teoria Crítica que inaugura uma nova fase nas discussões. A partir desse momento, é possível falar de teorias das relações internacionais positivistas, isto é, que consideram o campo como sendo algo objetivo, possível de ser racionalmente e cientificamente testado e de teorias pós-positivistas. O segundo grupo argumenta que a realidade é socialmente construída e, portanto, subjetiva, levantando dúvidas sobre a suposta neutralidade do conhecimento científico, contestando as bases epistemológicas, ontológicas e metodológicas. Vale destacar, que o Construtivismo, corrente teórica que chega tardiamente ao campo das Relações Internacionais por Alexander Wendt, apresentou uma proposta de terceira via: não negou o positivismo, porém, criticou a racionalidade científica apresentada pelas correntes tradicionais.

Basicamente, as diferenças entre positivistas e pós-positivistas giram em torno do lugar e da importância das ideias e este trabalho tem como objetivo apresentar aspectos relacionados à evolução do campo teórico das Relações Internacionais, que apenas recentemente, vem sendo ampliado e diversificado. Trata-se de um trabalho de natureza

qualitativa, baseado em fontes bibliográficas com finalidade analítica. Está dividido em duas partes: na primeira é apresentado o contexto positivista e na segunda, apresenta contribuições da Teoria Crítica e o Construtivismo para as Relações Internacionais.

2. O POSITIVISMO

O Filósofo Augusto Comte (1798-1857) defendeu que a sociedade poderia ser observada e explicada logicamente e racionalmente e que poderia ser tão científica quanto a biologia ou a física. Em seu otimismo com o futuro, o autor cunhou o termo positivismo para descrever essa abordagem científica (BABBIE, 2001). Comte influenciou os avanços observados no campo das Relações Internacionais, já que seus estudiosos passaram a buscar por regularidades no mundo internacional através da premissa de que estas caracterizam o mundo natural.

Como o estudo das Relações Internacionais se desenvolveu em torno dos Grandes Debates Teóricos, pode-se dizer que o Primeiro Grande Debate, ocorrido entre os anos 1920 e II Guerra Mundial, adotava a abordagem Clássica, baseada no estudo da História, da Filosofia e do Direito, sem apresentar uma metodologia explícita. Até então, as reflexões sobre Relações Internacionais tinham tradições humanísticas, sem grandes preocupações com métodos estatísticos de medição ou a formulação de regras gerais.

A partir dos anos 1950-60 o campo começa a se consolidar e avança o que se conhece como o Segundo Grande debate, denominado Behaviorismo (ou cientificistas) *versus* Tradicionalismo (ou humanistas). Os acadêmicos de Relações Internacionais – especialmente estadunidenses – começaram a aplicar métodos científicos sociais ou “positivistas” às Relações Internacionais, o que motivou uma reação por parte dos defensores da abordagem tradicional ou clássica, que possuía confiança explícita no discernimento e no julgamento (SMITH, 1996; JACKSON; SORENSEN, 2007). Segundo Smith (1996), assim como nas demais ciências sociais, o positivismo nas relações internacionais torna-se, essencialmente, um compromisso metodológico, vinculado a uma epistemologia empiricista.

O Behaviorismo foi colocado como uma proposta metodológica e modelo de ciência inspirado nas ciências naturais, pois buscava fazer generalizações *law like*, primava pelo rigor metodológico, preocupava-se com a identificação de fatos observáveis, mensuração de categorias, visando explicação e previsibilidade. Assim, os cientificistas pretendiam trazer

para as Relações Internacionais os métodos e técnicas inspiradas em outras ciências sociais ou mesmo das ciências naturais.

Os teóricos da abordagem tradicionalista (entre os quais pode ser citado Hedley Bull) desconfiavam da possibilidade de apreensão de toda a realidade (conhecimento) a fim de formular generalizações preditivas, ou mesmo, respostas definitivas. Reagiam às pretensões dos primeiros em defesa de uma abordagem simultaneamente filosófica, histórica, jurídica e sociológica das relações internacionais (Diplomacia e História da Diplomacia são elementos empíricos).

Nesse contexto, as abordagens tradicionalistas foram criticadas pelos Behavioristas, acusando-os de se engajarem no historicismo em vez de no empirismo; por apresentarem estudos descritivos e particularistas em vez de estudos nomotéticos (explicativos e generalizados); por se satisfazerem com uma teoria nunca testada contra a realidade; com a suposição de que teoria é o mesmo que conhecimento, em vez de servir como instrumento.

A proposta dos Behavioristas era criar uma disciplina científica capaz de produzir conhecimentos mais rigorosos sobre os fenômenos internacionais, o que deveria ser feito através de esquemas classificatórios, mensurações quantitativas e hipóteses. Entretanto, os Behavioristas não criticaram a abordagem clássica totalmente, apenas se consideravam uma continuação de tal abordagem, por meio de mecanismos modernos de análise (JACKSON, SORENSEN, 2007).

Experiências dos Centros de Estudo *Correlates of War* e *Comparative Foreign Policy* levaram à conclusão de que não era possível construir uma teoria pela via da mensuração, tabulação, ou seja, pela via indutiva. De qualquer forma, um dos méritos atribuídos a esse debate foi trazer para a arena das Relações Internacionais a preocupação com o rigor metodológico bem como, com os níveis de análise.

O Terceiro Grande Debate pode ser denominado interparadigmático, pois se dá pela coexistência entre teóricos Globalistas (Marxistas, Teóricos do Sistema mundo e da Dependência, por exemplo), Realistas e Liberais. Graficamente, tal debate pode ser representado por um triângulo, em que cada vértice corresponde a uma corrente teórica. Nessa fase, que corresponde ao contexto da Guerra Fria, o pólo marxista começa a ser silenciado¹ e Realistas e Liberais caminham para a síntese, uma vez que os temas discutidos por tais correntes serviam para legitimar ações políticas.

¹ Uma das explicações pode ser o surgimento da hegemonia Estadunidense e a centralidade de certos temas na sua agenda.

Os fatos que culminaram com o fim da Guerra Fria marcam o surgimento do Quarto Debate, pontuando que os debates teóricos não se desenvolvem de forma isolada, uma vez que são configurados e sofrem os impactos de eventos históricos, problemas políticos e econômicos, além de desenvolvimentos metodológicos.

O extraordinário significado do Fim da Guerra Fria deveria ter sido suficiente para que, pelo menos uma das principais teorias tivesse previsto a sua chegada. O fato de nenhuma das teorias o ter feito deveria levar-nos a questionar a sua adequação, bem como dos métodos com que temos estudado a política internacional (DOUGHERTY, PFALTZGRAF, 2003). Se a teoria Liberal Utópica derivou da I Guerra Mundial e a Realista foi produto da experiência que conduziu à segunda Guerra Mundial e que derivou dela, quais foram os desdobramentos teóricos no Pós-Guerra Fria? Em que medida o debate representou um avanço ao estudo da disciplina?

O colapso da União Soviética, o fim da Guerra Fria, não previstos pelos teóricos e a contínua transformação do sistema internacional trouxeram à arena teórica questões numerosas e complexas. Muitas perguntas surgiram: por que a Guerra Fria não esquentou? A que elementos pode-se atribuir a existência de um período de paz? Por que os dirigentes da União Soviética optaram por entregar o poder e fazer concessões ao ocidente? Qual foi o papel dos dirigentes dos Estados nesse contexto? A procura por respostas a essas questões dá origem a uma agenda ampliada de temas que merecem consideração para o avanço teórico das Relações Internacionais.

Num primeiro momento se deu pela tentativa de síntese das propostas entre os Neoliberais e Neo-Realistas (Neo-Neo), acerca de como os Estados lidavam com temas de segurança, economia e instituições. Neoliberais passaram convergir em torno de pressupostos neo-realistas: Ambas as correntes reconhecem a anarquia do sistema internacional, mas divergem sobre as suas consequências. No mundo anárquico, convergem sobre a cooperação, mas divergem sobre os motivos que levam o Estado a cooperar. Convergem no entendimento de que o comportamento dos atores é orientado por critérios de racionalidade. Mas isso colocava em questão o tema das prioridades: quais são as prioridades de cada Estado? Já que para alcançar prioridades, devem mover recursos, as correntes divergiam sobre as origens dos

recursos (BALDWIN, 1993). Concomitantemente, havia um debate entre a síntese Neo-Neo e os Críticos².

A chegada da abordagem Crítica às Relações Internacionais, representou a ruptura mais fundamental, pois até aí, os debates eram sobre temas pontuais e não questionavam as premissas positivistas. A exigência dos críticos por uma nova perspectiva teórica questionava a teoria da escolha racional. As palavras de Earl Babbie (2001, p. 49-50, tradução livre) são ilustrativas desse momento:

[...] os cientistas sociais positivistas às vezes erraram ao supor que a realidade social pode ser explicada em termos racionais porque os humanos sempre agem racionalmente. Tenho certeza de que sua própria experiência oferece evidências em contrário. [...] O desafio contemporâneo ao positivismo, no entanto, vai além da questão de saber se as pessoas se comportam racionalmente. Em parte, a crítica ao positivismo desafia a ideia de que os cientistas podem ser tão objetivos quanto os ideais positivistas supõem.[...] Para começar, todas as nossas experiências são inevitavelmente subjetivas [...].

Os críticos condenavam a síntese neo-neo de não questionar as premissas positivistas, o que limitava o alcance analítico e interpretativo das suas Teorias, porque a própria objetividade racional passou a ser questionada. Para Robert Cox (1976; 1995), um dos expoentes da abordagem crítica, não há neutralidade na forma como se faz teorias de Relações Internacionais e elas sempre refletem os interesses de alguns e a visão de mundo de outros.

Portanto, Alexander Wendt (1999) afirma que discorrendo sobre as teorias racionalistas estavam os positivistas, partidários da noção de que a ciência é um discurso privilegiado de descoberta progressiva da verdade, e, em menor número, os chamados pós-positivistas, descrentes de qualquer atribuição de *status* privilegiado à ciência como forma de apreensão do mundo.

3. O PÓS POSITIVISMO

Nas Relações Internacionais o pós-positivismo não apresenta uma plataforma unitária, funcionando mais como um termo ‘guarda-chuva’ designado a compreender diversas abordagens (LAPID, 1989). Walt (1998) identificou uma lacuna na inegável ligação entre o aparato teórico e a realidade no mundo da política. Tal ligação resultava em uma premente

² “[...] Esse debate é ele próprio motivo de debate: para uns divide neo-realistas e neoliberais; para outros, neo-realistas e globalistas; para outros ainda, epistemologias positivistas e pós positivistas. Portanto, não seria exagero afirmar que um verdadeiro debate metateórico se inicia com a teoria crítica” (SILVA, 2005, p.255)

necessidade de haver maneiras múltiplas de compreender a realidade a fim de abarcar a complexidade da política global. Para os autores pós-positivistas, não há realidade objetiva para estudar, uma vez que as teorias existentes são reflexos das crenças e valores de seus autores.

Segundo Lapid (1989) o aprisionamento em relação à adoração infrutífera com as ciências naturais passa a ser rompido pela ampliação do escopo analítico promovido pelo pós-positivismo, uma vez que tal proposta visa a criação de um ambiente intelectual de maior reflexividade em que o debate, a crítica e os temas atuais ganham maior popularização. Smith (1996) por sua vez, acrescenta que o afastamento do positivismo não significa aceitar um mandado epistemológico menos rigoroso para a teoria. Na visão deste autor, a teoria internacional precisa desenvolver teorias pós-positivistas sólidas baseadas numa variedade de epistemologias.

Entre as reações pós-positivistas, este trabalho tem como foco a Teoria Crítica³ e o Construtivismo. Vale ressaltar, entretanto, que tais abordagens estão longe de apresentar consensos entre os diversos autores que defendem cada corrente, portanto, as idéias aqui discutidas são basicamente as apresentadas por Robert Cox (1976, 1995, 2002) e Alexander Wendt (1999).

3.1 Teoria Crítica

A Teoria Crítica chega ao campo das Relações Internacionais como uma antítese à síntese Neo-Neo e esta abordagem é, principalmente, um desenvolvimento do pensamento marxista. Jackson e Sorensen (2007) afirmam que a mesma poderia ser descrita como neomarxismo e é considerada um marco nas Relações Internacionais pois “[...] abriu caminho para a ascensão das teorias interpretativas” (GUIMARÃES, 2021, p.82).

Sua reflexão é acerca da influência do poder e do interesse na produção intelectual⁴, enfatizando o papel que ideias, valores e ideologias (ou seja, a superestrutura) desempenham

³ De maneira geral, seus autores são legatários do marxismo e da Escola de Frankfurt e Max Horkheimer, Robert Cox e Andrew Linklater são representantes dessa corrente em sua versão mais moderada.

⁴ “A newer current of literature, also concerned about future world order, but renouncing the historical approach, fits into the general rubric of ‘futurology’[...]. The literature of futurology may be seen as reflecting an impatience with the failure of the behavioral sciences (despite massive injections of foundation money), to come up with a specific basis for predicting the social future. As a practical matter, businessmen and policy-makers have to make some assumptions about the future as a basis for their own planning” (COX, 1976, p. 176).

na construção e manutenção das estruturas sociais e políticas. Nas palavras de Cox (2002, p. 76, tradução livre):

Os pressupostos sobre os quais se basearam as formas de conhecimento predominantes são desafiados. Um conjunto diferente de problemas deve ser enfrentado. O novo pensamento surge de duas maneiras. Uma maneira é adaptar o conhecimento estabelecido a novos eventos e circunstâncias por meio de ajustes incrementais. A outra maneira é projetar o pensamento para frente, de modo a tentar entender a natureza do processo histórico e como controlá-lo para alcançar resultados desejáveis. Este caminho inclui a escolha normativa juntamente com a avaliação realista das possibilidades. Essas duas abordagens coexistem durante períodos de mudança fundamental na ordem mundial. Eles expressam diferentes posições de poder lutando pelo controle sobre o futuro. As primeiras dão primazia à ordem estabelecida e procuram adequá-la às novas necessidades. A segunda, abre caminho para uma mudança mais radical.

Robert Cox defendia a necessidade de uma nova ontologia para o estudo das Relações Internacionais, como a redescoberta da solidariedade social sustentada pela criatividade coletiva, inspirada na igualdade social, reconhecimento recíproco das diferenças culturais e o grande desafio de construir uma formação contra-hegemônica que contemplasse tais princípios⁵.

Enquanto para os teóricos tradicionais, o mundo era um conjunto de fatos que aguardavam serem descobertos pelo uso da ciência (positivismo), para os críticos os fatos eram produtos de estruturas sociais e históricas específicas. E a percepção de que as teorias estão fixadas nessas estruturas permite que os críticos reflitam sobre os interesses atendidos por uma teoria particular. Assim, seu objetivo era realizar a emancipação humana dessa jaula positivista, que por meio dos seus dados e variáveis, esquece que a vida social é muito complexa para ser reduzida a variáveis (COX, 1976). Robert Cox (1995) apresenta os quatro alicerces da Teoria Crítica:

1. Relação entre sujeito cognitivo e seu objeto de estudo: o sujeito não tem como se distanciar porque faz parte do objeto estudado. Duvida da possibilidade da neutralidade científica. De uma forma geral, os teóricos críticos dizem que há um elo inevitável entre o sujeito cognoscente e o objeto de estudo, ou seja, o indivíduo irradia seus valores e suas percepções e também recolhe da própria realidade a carga valorativa. Assim, enquanto para os positivistas o método científico era como se fosse uma vacina contra a carga valorativa, os críticos duvidavam dessa possibilidade.

⁵ “[...] and this task implies as a first step the working out of an ontology that focuses attention on the key elements in this struggle.”(COX, 2002, p. 76)

2. Influência de interesses e valores sobre a teoria: teoria não é neutra. Os autores dessa corrente se preocupam com a dimensão de poder e conhecimento: toda a teoria legitima uma série de temas que serve ao *status quo* e são, portanto, tendenciosas. Robert Cox expressou essa visão em uma afirmativa bastante citada: “A teoria é sempre para alguém e para algum propósito”.
3. Mutabilidade da realidade social: críticos dizem que há relação entre a manutenção da ordem e quem se beneficia delas. Para eles a ordem internacional está em constante mutação, por meio da agência humana que passa a guiar alterações em direção a emancipação. Defendem e promovem sua progressista ideologia da emancipação e acreditam que os acadêmicos conservadores e liberais defendem e promovem seus valores políticos (JACKSON, SORENSEN, 2007).
4. Modos como as teorias surgem: Para Cox, as teorias devem ser analisadas com base em três dimensões: a perspectiva, a problemática e o propósito. Há relação com o espaço temporal em que surgem e a teoria cumpre papel de guia para a ação transformadora. Assim, os críticos imprimem uma finalidade política ao conhecimento, já que para esses autores, as teorias das Relações Internacionais instrumentalizam a preocupação com a dominação e com projetos hegemônicos⁶. Assim, sua preocupação central é a emancipação por meio da modificação do *status quo*⁷.

E a forma de operacionalizar essa emancipação era por meio de uma abordagem fortemente militante, que enfatizava as idéias como elemento de transformação da sociedade. Robert Cox (1995) defende que a ordem precisa ser reformulada e a hegemonia precisa ser contestada, bem como a necessidade do engajamento dos agentes sociais em prol de uma reconfiguração da ordem internacional. Explica Guimarães (2021, p.84):

Ao contrário do dogma realista que reifica o Estado, Cox enxerga o Estado em suas funções, papéis e responsabilidades como socialmente determinadas. Para ele, a chave para entender as relações internacionais é examinar a relação entre Estado e sociedade civil, reconhecendo que o Estado assume diferentes formatos históricos. Além disso, está preocupado com a mudança da ordem internacional e com os meios disponíveis para efetivar a mudança.

⁶ “A racionalidade tomava seu lugar como critério único e absoluto para a validação do conhecimento humano. Acreditava-se no caráter emancipatório desse novo modo de conhecer. A racionalidade instrumental da ciência moderna distanciou-se da busca pela emancipação, passando a prezar a subjugação da natureza do homem: conhecer para prever, prever para controlar. Essa contradição precisava ser esclarecida”. (SILVA, 2005, p.252)

⁷ SILVA, 2005, p. 250.

Um importante legado da Teoria Crítica foi sinalizar o alcance limitado das Teorias das Relações Internacionais⁸ e enfatizar o papel da sociedade civil organizada na pauta das organizações internacionais e da pauta interna de governos, que outras teorias não alcançavam. Trata-se do alargamento do escopo tradicional das Relações Internacionais, não mais limitados por concepções estadocêntricas.

A Teoria Crítica inaugura a separação entre Positivismo e Pós-Positivismo e abre o caminho para a chegada da Teoria Construtivista ao campo das Relações Internacionais. Apesar disso, acabou sendo ofuscada por uma versão um tanto moderada do construtivismo.

3.2 Construtivismo

Os autores construtivistas, assim como os teóricos críticos, argumentam que não existe uma realidade social externa objetiva. Ou seja, o mundo social e o político não formam objetos externos à consciência humana, uma vez que são elaborados no campo das idéias e não de forças ou condições materiais⁹.

O mundo social é um domínio intersubjetivo, isto é: possui significado para as pessoas que o organizaram e vivem nele. É nesse ponto que os construtivistas contrastam com a filosofia materialista da maioria dos teóricos positivistas e é essa percepção e também a idéia da multiplicidade de interesses que aproxima os construtivistas da Teoria Crítica. O caminho em busca de alternativas foi a apropriação e a adaptação de contribuições oriundas, sobretudo da teoria social europeia¹⁰: esta foi a base que passou gradualmente a conquistar reconhecimento acadêmico desde meados da década de 1980. Marcus Faro de Castro (2005) afirma que pode ser considerado como um reencontro com a metodologia menos formalista e menos empirista dos tradicionalistas.

Entretanto, o construtivismo não é uma negação à teoria positivista de Relações Internacionais. O próprio Alexander Wendt (1999) se descreve como positivista, uma vez que acredita ser possível desenvolver uma Teoria Social. Entretanto, do ponto de vista ontológico

⁸ “A newer current of literature, also concerned about future world order, but renouncing the historical approach, fits into the general rubric of ‘futurology’[...]. The literature of futurology may be seen as reflecting an impatience with the failure of the behavioral sciences (despite massive injections of foundation money), to come up with a specific basis for predicting the social future. As a practical matter, businessman and policy-makers have to make some assumptions about the future as a basis for their own planning” (COX, 1976, p. 176).

⁹ “A história não é um processo externo, que se desenvolve independentemente das idéias e do pensamento humano[...]. Tudo aquilo que é inerente ao mundo social dos indivíduos é elaborado por eles mesmos – sendo assim, o fato de os homens o construírem, o torna compreensível”. (JACKSON; SORENSEN, 2007, p. 342).

¹⁰ Autores da Teoria Social Europeia incluem desde Emile Durkheim, Max Weber, Karl Marx até Michel Foucault, Jürgen Habermas, Anthony Giddens e outros.

não se considera positivista, uma vez que propõe construir uma perspectiva ontológica idealista associada ao positivismo: por isso a via intermediária (a terceira via). Seu problema não está com os postulados positivistas, mas com o racionalismo. Wendt acredita que a corrente das idéias não é bem trabalhada pelos racionalistas.

Nesse contexto, o autor propõe um modelo que lance uma ponte entre o debate NEO-NEO e a Teoria Crítica. Embora as diferenças entre as correntes sejam significativas, considera: “[...] mas eles compartilham a visão de que o neorrealismo e o neoliberalismo são “subsociais” no sentido de que prestam atenção insuficiente às maneiras pelas quais os atores da política mundial são socialmente construídos.” (WENDT, 1999, p. 4, tradução livre).

O autor não pretende romper com as tradições teóricas, como os autores da Teoria Crítica, mas busca a exploração de convergências, apontando para uma versão bastante conservadora. Nas palavras do próprio autor: “[...] a versão de construtivismo que defendo é moderada, que se baseia especialmente na sociologia estruturacionista e interacionista simbólica.” (WENDT, 1999, p. 1, tradução livre). Por isso, pode ser rejeitado por construtivistas mais radicais, por não ir muito além. Entretanto, discute aspectos que vão além do *mainstream* teórico quando se propõe a encontrar uma terceira via.

A terceira via não é radicalmente diferente de um e de outro, ou seja, não quer negar conceitos de Realistas e Liberais. Pretende justamente circular entre os dois e construir uma teoria social, pois acredita que as abordagens tradicionais devem permitir a possibilidade de observar questões e objetos não alcançados, elementos que potencializem as teorias cujo caráter científico ele reconhece.

A pergunta sobre o que vêm os teóricos, ao olhar para o sistema internacional é respondida por Wendt (1999, p. 5, tradução livre):

Os neorrealistas veem a estrutura do sistema internacional como uma distribuição de capacidades materiais. Os neoliberais a veem como capacidades mais instituições porque acrescentaram à base material uma superestrutura institucional. E os construtivistas veem como uma distribuição de idéias porque têm uma ontologia idealista.

Ao invés do poder material, o foco recai sobre os elementos ideacionais como significados lingüísticos, crenças, aspirações, normas sociais, preconceitos, valores culturais, sentimentos, etc. E todos esses elementos por trás das entidades e instituições organizadas. É a construção social formadora das estruturas que levam os Estados à ação.

Até agora, a obra de Alexander Wendt é provavelmente o esforço mais ambicioso de formular uma teoria própria construtivista aplicada à política internacional. Ele formula uma teoria estrutural (ou holista) do sistema internacional que rivalize com a do realismo¹¹, ao incorporar uma orientação idealista. Essa teoria estrutural postula que é possível se conceber uma “cultura” do sistema internacional que afete não apenas o comportamento, mas também as identidades dos atores (Estados).

A grande contribuição do construtivismo foi permitir que novas áreas de questionamento, como etnias e questões de gênero, amplamente ausentes nas abordagens teóricas ganhassem espaço. Além disso, Snyder (2004, p. 60, tradução livre) aponta que:

[...] O construtivismo, que sustenta que a realidade social é criada através do debate sobre valores, muitas vezes ecoa os temas que os ativistas dos direitos humanos e da justiça internacional soam. [...] uma teoria que enfatize o papel das ideologias, identidades, persuasão e redes transnacionais é altamente relevante.

A maior proposição construtivista é que o comportamento do Estado é moldado por crenças, identidades e normas sociais. As coletividades podem forjar, moldar e mudar a cultura por meio das idéias e práticas e os resultados do Estado e dos interesses nacionais são resultados das identidades sociais desses atores.

Enquanto o realismo e o liberalismo focavam fatores materiais, como poder e Balança de Poder ou comércio e democracia, abordagens construtivistas enfatizam o impacto das idéias. Indivíduos e grupos tornam-se poderosos se eles podem convencer outros a adotar suas idéias. Entendem que os interesses e identidades dos Estados como um produto altamente maleável dos processos históricos e portanto, discordam da idéia de um “interesse nacional imutável” (WALT, 1998; SNYDER, 2004).

Karen Mingst (2002, p. 77) explica que o conceito de poder, para os construtivistas, amplia-se:

Como os realistas e os institucionalistas neoliberais, os construtivistas veem o poder como importante. Mas enquanto os primeiros veem o poder apenas em termos materiais (militar, econômico, político), os construtivistas também veem o poder em termos discursivos – o poder das idéias, da cultura e da linguagem. O poder existe em todas as trocas entre atores e o objetivo dos construtivistas é encontrar as fontes ou o poder. Sua contribuição única pode muito bem ser elucidar as fontes de poder nas idéias e mostrar como as idéias moldam e mudam a identidade.

¹¹ Até o nome de seu livro “*Social Theory of International Politics*” parece rivalizar com a obra de Kenneth Waltz “*Theory of International Politics*”.

O racionalismo, na descrição de Wendt (1999), caracteriza-se por considerar os interesses (inclusive os interesses dos Estados), como dados, em contraste com o construtivismo que considera os interesses como socialmente construídos por meio de processos afetados em parte por elementos ideacionais. Isso leva ao argumento tipicamente construtivista de que qualquer política é socialmente construída, isto é, contém elementos ideacionais que podem ser criticados ou ao menos expostos à interpretação e possível reelaboração por meio de práticas sociais participativas. Além disso, os racionalistas foram criticados por tenderem a transformar o método em uma ontologia tácita.

O mérito de Wendt talvez tenha sido a valorização da subjetividade no campo teórico das Relações Internacionais: preferências, escolhas, decisões. Porque por muito tempo, as teorias tradicionais tentaram trazer isso para o campo racional, buscando fórmulas para medir e objetivar o subjetivo. Wendt apresenta a que os Estados podem ter interesses próprios, mas que os mesmos, podem ser continuamente redefinidos a partir das interações, das contínuas relações sociais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da segunda metade do século XX, as discussões no campo das Teorias das Relações Internacionais evoluíram de maneira dinâmica, ampliando e diversificando sua abrangência. Dessa diversificação, surge uma divisão fundamental: autores que defendem que os métodos objetivos podem ser utilizados para explicar as Relações Internacionais e os que consideraram impossível tal tarefa. A síntese Neo-Neo e os debates anteriores pendiam para a primeira possibilidade, enquanto as teorias pós positivistas - embora com algumas ressalvas como é o caso do Construtivismo de Wendt – para a segunda.

A Teoria Crítica representou uma importante contribuição, pois além de expandir os horizontes da matéria, colocou em pauta o elemento ideacional e subjetivo, questionando a racionalidade científica, os métodos, etc. Seu principal argumento era que as teorias sempre serviriam para determinados interesses, os quais direcionariam os resultados dos esforços teóricos a seu favor. Nesse contexto, urgente seria a emancipação por meio do engajamento e participação. Já a busca do Construtivismo é que se conhece o fenômeno quando se conhecem os elementos que o geraram. Ou seja, existem muitos aspectos do mundo político que as teorias sistêmicas de estado não podem explicar, entretanto, não significa que os aspectos que não podem explicar devem ser perdidos.

Portanto, enquanto os críticos buscavam reinventar a forma de estudar as Relações Internacionais, o construtivismo moderado propôs o estabelecimento de uma terceira via, ou seja, a aplicação de um método, porém, considerando também outros elementos além do Estado, como as ideias e os interesses. Ambos foram fundamentais para a evolução dos estudos das Relações Internacionais contemporâneas.

Destaca-se que as contribuições do pós-positivismo para as teorias de Relações Internacionais, embora não coadjuvando um debate por consenso do campo, possibilitaram a inserção de vertentes de pensamento ontológica e epistemologicamente variadas, abrangendo discussões que contestam o *status quo* metateórico das Relações Internacionais. A abertura promovida pelas contribuições pós-positivistas demarcou um progressivo diálogo com abordagens já consolidadas das Ciências Sociais, como por exemplo, o(s) feminismo(s), o(s) pós-modernismo(s), o pós-colonialismo. Trata-se, portanto, da promoção de um ambiente de maior reflexividade no âmbito das Relações Internacionais que vem se consolidando ao longo do século XXI.

REFERÊNCIAS

- BABBIE, Earl. *The practice of Social Research*. 9th. Ed. Belmont: Wadsworth/Thomson Learning, 2001.
- BALDWIN, David. A. Neoliberalism, Neorealism and World Politics. In: CASTRO, David (Ed). *Neorealism, Neoliberalism: the contemporary debate*. New York: Columbia University Press, 1993. p. 3-28.
- CASTRO, Marcus Faro de. *Política e Relações Internacionais: fundamentos clássicos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.
- COX, Robert W. On thinking about future world order. *World Politics*, v. 28, n. 2, p. 175-196, 1976.
- COX, Robert W. *Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory*. In: COX, R.W; SINCLAIR; T. *Approaches to world order*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- COX, Robert W. Power and knowledge: towards a new ontology of world order. In: COX, Robert W. SCHECHTER, Michael G. *The Political Economy of a plural world: critical reflections on power, morals and civilization*. London/New York: Routledge, 2002.

DOUGHERTY, James E. PFALTZGRAFF, Robert L. Relações Internacionais: as teorias em confronto. Lisboa: Gradiva, 2003.

GUIMARÃES, Feliciano de Sá. Teoria das Relações Internacionais. São Paulo: Contexto, 2021.

JACKSON, Robert. SORENSEN, Georg. Introdução às Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

LAPID, Yousef. On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era. *International Studies Quarterly*, v. 33, n.3, p. 235-254, 1989.

MINGST, Karen A. *Essentials of International Relations*. 2a. Ed. New York/London: WW.Norton Company, 2003.

SILVA, Marco Antonio de Menezes. Teoria crítica em Relações Internacionais. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, v. 27, n.2, p. 249-282, 2005.

SMITH, Steve. Positivism and Beyond. In S. Smith, K. Booth and M. Zalewski (eds.) *International Theory: Positivism and Beyond*, New York: Cambridge University Press, 1996.

SNYDER, Jack. One World, Rival Theories. *Foreign Policy*, p. 52-62. 2004.

WALT, Stephen M. International Relations: one world, many Theories. *Foreign Policy*, p. 29-45, 1998.

WENDT, Alexander. *Social Theory and International Politics*. Cambridge University Press, 1999.